

As contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento

Lara do Carmo Pirajá Santos¹

Tatiana David Domingues Santos²

Resumo: O presente artigo destaca as contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento, com a finalidade de provocar uma reflexão acerca dos modelos de gestão e de desenvolvimento criados e utilizados por determinados governos para alavancar o crescimento econômico e o desenvolvimento social de nações subdesenvolvidas. É necessário fazer uma explanação sobre Administração e Desenvolvimento para se chegar ao campo do saber da Ciência Administrativa, que estuda as formas de gestão, a Administração do Desenvolvimento. Posteriormente e dentro desse contexto, fala-se de Albert Hirschman e de seu modelo econômico, desenvolvido durante as décadas de 60 e 70 na sua prolongada viagem para a América Latina e em suas visitas a países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Administração do Desenvolvimento. Albert Hirschman. Modelo econômico.

¹ Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: larapj@gmail.com.

² Bacharela em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: taty.david@hotmail.com.

Abstract: This article highlights the contributions of the economic model of Albert Hirschman's Administration for Development, with the purpose to provoke a reflection on models of development and management created and used by certain governments to boost economic growth and social development underdeveloped nations. You must be an explanation of Administration and Development to get to know the field of Administrative Science, which studies the ways of management, Management Development. Afterwards, and within that context, there is talk of Albert Hirschman and its economic model, developed during the decades of 60 and 70 in their extended trip to Latin America and in his visits to developing countries.

Keywords: Management Development. Albert Hirschman. Economic model.

1 Introdução

Quando pesquisadores, teóricos e estudiosos questionam um modelo de gestão adotado para o desenvolvimento de certa região, indaga-se se as metas e objetivos propostos por este estão de acordo com a realidade desse lugar. Assim, um gestor público deve preocupar-se sempre com o modelo de gestão que aplica, pois é por meio dele que se revelam suas intenções.

Este artigo tem o objetivo de destacar as contribuições de Albert Hirschman para a Administração do Desenvolvimento. Trata-se de uma análise da evolução da Administração do Desenvolvimento em que o foco são as principais teorias de modelos econômicos e, especialmente, o pensamento de Hirschman, cuja base é o seu diagnóstico de subdesenvolvimento, realizado na tentativa de encontrar possíveis soluções para o crescimento econômico de sociedades "atrasadas".

O texto permite refletir e analisar as formas de gestão, desenvolvimento e o contexto político do país, dos estados e principalmente dos municípios, antes que receberam autonomia e assumiram responsabilidades após a Constituição Federal de 1988.

2 As contribuições do modelo econômico de Albert Hirschman para a administração do desenvolvimento

2.1 Administração e Desenvolvimento

Para uma melhor compreensão do que vem a ser a Administração do Desenvolvimento, é necessário fazer alusão a duas áreas: a Administração e o Desenvolvimento. A Administração é uma ciência nova e conta com pouco mais de cem anos. Surgiu “durante a revolução industrial” (MAXIMIANO, 2000, p. 53), mas, na verdade, foi nesse período que a consideraram como uma nova ciência (DRUCKER, 2002).

Na opinião de Drucker (2002, p. 20), complementada por Maximiano (2000), por meio dos questionamentos dos principais pensadores economistas da época e com o surgimento das organizações oriundas das “primeiras fábricas modernas”, fruto da revolução industrial, estudiosos e pesquisadores como Frederick W. Taylor (1856-1915), Henry Fayol (1841-1925), e outros que surgiram mais tarde, começaram a “colocar em prática diversos conceitos que se tornariam universais no século seguinte” (MAXIMIANO, 2000, p. 53).

Drucker (2002) revela que os estudos no campo da administração foram se aprofundando conforme as mudanças, com o próprio processo histórico da humanidade e a evolução das organizações. Ou seja, estas aperfeiçoavam seus processos à medida que a história se revelava. Segundo Drucker (2002), as organizações surgem das sociedades e para estas devolvem seus serviços e produtos.

Seguindo a cronologia das teorias administrativas e seu processo evolutivo, nota-se que o termo Administração aparece com diferentes conceitos, dependendo do teórico a ser consultado.

Por se tratar de uma ciência nova, Caldas (2005) relata que, nos debates em busca de se compreender e definir qual é o seu real objeto de estudo e pesquisa – as organizações ou a forma de gestão destas – teóricos contemporâneos apresentam conceitos diferentes para definir a ciência da Administração.

Nesse sentido e para explicar o conceito de Administração, Caldas (2005) evidencia que o objeto de estudo da Administração é a *gestão* das organizações, sejam estas públicas ou privadas, e não as organizações em sua plenitude, como defendem alguns teóricos. Para o autor, as organizações sofrem influência de áreas como Economia, Contabilidade, Direito entre outras e por isso a gestão se torna o objeto de estudo da Administração.

Portanto, para conceituar essa área, e, com base em estudos atualizados, a definição apresentada por Santos³ (2009) é a que mais se aproxima dos estudos e debates atuais acerca desse campo: “Administração é o estudo das *formas de gestão* quer sejam das organizações, das relações sociais ou das instituições como o Estado” (grifos nossos). Santos (2009) completa que a Administração “estuda as formas de *como gerir* a produção, distribuição e o consumo dos bens e serviços de uma determinada sociedade” (grifos do autor).

Tais indagações acerca do real objeto de estudo da administração podem melhor ser compreendidas mediante os estudos de Robbins (1981, p. 69). O teórico explica que as diferentes contribuições recebidas pela Administração e as diversas abordagens trouxeram consigo uma denominação, “a selva da teoria administrativa”, ou seja, não há unanimidade entre os autores quanto à definição ou conteúdo da disciplina. Aquilo que para uns pode ser uma abordagem ideal ao estudo do assunto é ridicularizado por outros grupos. Caravantes (1998, p. 33) ressalta que isso ocorre em função de “*razões muito distintas*, nós trazemos razões muito diferenciadas para o estudo das organizações” (grifos do autor).

Com o surgimento da Administração e o uso de suas TA, Silva (2001) elenca em que época cada TA atingiu o auge nas organizações desde a Revolução Industrial, e mostra como cada uma delas ajudou a desenhar as perspectivas da administração nas organizações.

³ Elinaldo Leal Santos, graduado em Administração pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal e do Curso de Gestão da Inovação no Setor Público da UESB.

A figura a seguir ilustra as perspectivas da administração e sua respectiva culminância, segundo Silva (2001):

Quadro 1 - Perspectiva da Administração.

Perspectiva Clássica da Administração	Teoria da Administração Científica; Teoria Administrativa (Clássica) e Teoria da Burocracia.
Perspectiva Humanística da Administração	As Teorias da Transição; A Escola das Relações Humanas (TRH); Escola comportamentalista e Teoria Estruturalista.
Perspectiva Quantitativa da Administração	Pesquisa Operacional; Administração de Operações e Sistemas de Informação Gerenciais.
Perspectiva Moderna da Administração	Teoria de Sistemas; Teoria das Contingências; Desenvolvimento Organizacional e Administração por Objetivos.
Perspectiva Contemporânea da Administração	Qualidade e Excelência Organizacional e Projetos e Processos Organizacionais.

Fonte: Silva (2001).

Ao comentar sobre a evolução da Administração e destinando a devida relevância à profissão e à ciência, Drucker (2002, p. XXII) afirma:

Administrar significa assumir tarefas. Significa disciplina. Mas significa também gente. Cada realização da administração é a realização de um administrador. Cada fracasso é o fracasso de um administrador. São pessoas que administram, e não “forças”, nem “fatos”. O descortínio, a dedicação e a integridade dos administradores determina se haverá administração ou desadministração.

Portanto, entender a definição de tal ciência significa compreender o que ela estuda e por que se chegou a tal objeto. Isso permite depreender melhor a colocação de Santos (2009), para quem a Administração se dá pela forma de gerir as organizações, as relações sociais ou instituições (como o Estado), além da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços de uma determinada sociedade.

Prosseguindo com o estudo e a reflexão propostos por este artigo, torna-se necessário saber o que é gestão. Segundo Santos (2009), gestão é o “conjunto de princípios, técnicas e explicações, formalizadas ou não, que orientam a concepção e o modo de funcionamento de uma administração”. Para isso, cada gestor deve saber gerenciar e interpretar os objetivos de uma organização, alocando, conforme o referido autor, recursos para atingir uma finalidade determinada, ou seja, o que se pretende para a organização, sua meta e objetivo. O autor conclui que, para obter resultados significativos e positivos, no alcance dos objetivos da organização e a perpetuação dessa no mercado e na sociedade, um gestor deve ser eficiente, eficaz e efetivo. Assim, segundo Santos (2009):

Eficiência → É a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis;

Eficácia → É fazer o que deve ser feito. Cumprir o objetivo determinado;

Efetividade → É a capacidade de entender às expectativas da sociedade.

2.1.1 Desenvolvimento

Desenvolvimento significa “processo dinâmico de melhoria, que implica mudanças, evolução e crescimento produzindo impactos estruturantes no nível da produção, da renda e do consumo da população, elevando a qualidade de vida da região” (SANTOS, 2009). São indicadores do desenvolvimento: renda per capita, mortalidade infantil, escolaridade, distribuição de renda, expectativa de vida, poder político.

O desenvolvimento, aliado a uma boa administração, depreende ao mesmo tempo processos compartilhados e resultados atingidos, além de permitir aos gestores uma visão de futuro e ações concretas de mudanças. Para o Estado, desenvolvimento significa estabelecer a ordem e a segurança; garantir a liberdade; promover o desenvolvimento e a Justiça Social (SANTOS, 2009).

O quadro a seguir mostra a evolução do conceito de Desenvolvimento:

Quadro 2 - Evolução do Conceito de Desenvolvimento.

Época	Pensamento
1759 (Wolf)	Processo de evolução dos seres vivos para o alcance da sua potencialidade genética.
1774 (Herder)	Ápice da sociedade – História Social.
1800	O homem é o principal responsável pelas mudanças positivas e negativas de uma sociedade – autodesenvolvimento.
1859 (Darwin)	Um movimento na direção da forma mais apropriada. Evolucionismo social.
1900 (Desenvolvimento urbano)	Tudo que pode ocasionar transformação das áreas periféricas urbanas.
1939 (Lei do desenvolvimento das colônias)	Cuidar do bem-estar dos nativos.
1949 (Truman)	<i>“O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática.”</i> Era do Desenvolvimento.
1960 (Ano da descolonização)	Independência e pobreza.
1968 (Clube de Roma)	Publicação do relatório Limites do Crescimento – Meio ambiente e sobrevivência humana.
1970 (Bretton Woods)	Equilíbrio financeiro.
1987 (Comissão Brundtland)	“Nosso Futuro Comum” Desenvolvimento e Sustentabilidade.
1992 (Eco-92 Rio de Janeiro)	Desenvolvimento sustentável e Agenda 21.
2001 (Fórum Mundial Social)	Um outro mundo é possível.

Fonte: Santos (2009).

No Brasil, segundo Brum (1999), o desenvolvimento aconteceu em várias fases. O desenvolvimento dá-se de acordo com o sistema econômico adotado, no caso mundial, o capitalismo. E o Brasil não foge à regra. No início, surgiu o modelo econômico primário-exportador (1950-1930). Com a crise mundial na década de 1920 e as

tentativas de transformação mundial, experimentou-se um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo (1930-1964). Houve também o plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, “Cinquenta anos em cinco”. O país foi afetado pela crise do Nacional Populismo (1961-1964 – Ditadura) e em seguida apareceu o modelo de desenvolvimento associado e dependente: do “milagre” à crise (1964-1984). Além desses, o Brasil participou de outros projetos, sempre à procura do crescimento econômico e desenvolvimento social.

Vale ressaltar ainda que, conforme Brum (1999), entre 1970 e 2000, houve várias mudanças no país, cada época seguindo os modelos de gestão dos respectivos governos. É nesse mesmo período que teóricos e estudiosos como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, surgiram para fomentar e alavancar o desenvolvimento nacional brasileiro.

Furtado (1975 apud SANTOS, 2009), destaca a definição de desenvolvimento econômico:

Sintetizando, o desenvolvimento tem um lugar mediante aumento de produtividade no nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda per capita) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjunto ou setores particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica *modificações nas formas de produção*, mas que não poderiam concretizar sem modificações na forma de *distribuição e utilização de renda* (grifos do autor).

As discussões acerca do “desenvolvimento” estendem-se ao longo do ano 2000, de modo que o tema continua em evidência e crescem os estudos nessa área. Ilustra Santos (2009) como o termo está sendo expandido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

O trabalho é o caminho do nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massa

que dê segurança aos investidores das empresas para atrair investimentos produtivos internacionais que representem um novo modelo de desenvolvimento e compatibilizem distribuição de renda e crescimento econômico (2002).

2.1.2 Administração do Desenvolvimento

A Administração do Desenvolvimento surge de um cenário em que os modelos de gestão das sociedades atrasadas apresentam-se como um impasse para o desenvolvimento global. Santos (2009 apud CAIDEN; CARAVANTES, 1982) ressalta que a Administração do Desenvolvimento provém da necessidade dos países ricos de auxiliar nações mais pobres para que estas se desenvolvam e, mais especialmente, nas evidentes exigências dos novos estados para transformar suas burocracias do tipo colonial em instrumentos de mudanças. Ou seja, essa área da Ciência Administrativa se mostra como um processo sequencial de transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas.

Para Santos (2009), a Administração do Desenvolvimento constitui “um campo do saber da Ciência Administrativa que tem por finalidade estudar **como** as ações gerenciais promovem mudanças, evolução e crescimento (nos ambientes econômico, político, social e humano) em países, regiões, lugares e organizações” (grifo nosso).

A definição acima evidencia que a Administração do Desenvolvimento manifesta-se como um campo do saber cujas pesquisas e estudos representam importantes ferramentas para a compreensão, análise e determinação da dinâmica de ambientes que se localizam em espaços diferentes. Ou seja, ela estuda, interpreta e compreende o modo de gestão adotado para explicar como uma região pode se sobressair e desenvolver-se no seu meio de interação “social”. Santos (2009) menciona ainda que a Administração do Desenvolvimento tem enfoque multidisciplinar e abrange a Geografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a **Ciência Política**.

O quadro a seguir mostra as bases teóricas sobre o Desenvolvimento:

Quadro 3 - Base Teórica do Desenvolvimento

Teorias	Principais Representantes e suas respectivas obras
Fundo Marginalista	Joseph Schumpeter (1911) A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rosenstein-Rodan (1943) Problema de Industrialização da Europa Oriental e Sul – Oriental. Arthur Lewis (1954) Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. Ragnar Nurkse (1957) Problema de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos. Walt W. Rostow (1962) Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não comunista.
Fundo Marxista	Karl Marx (1867) O Capital. Vladimir Lenin (1916) Imperialismo, fase capitalismo. Nikolai Kondratieff (1926) As ondas longas da conjuntura. Joseph Alois Schumpeter (1942) Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rosa Luxemburgo (1900) Acumulação de Capital.
Da Dependência - Pensamento Latino-Americano	Raúl Prebisch (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas. Celso Furtado (1963) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Fernando Henrique Cardoso (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Theotonio dos Santos O marxismo na América Latina.
Desenvolvimento Regional	Douglas North (1961) Teoria da Localização e Crescimento Regional. François Perroux (1964) Indústria e Crescimento Coletivo. Albert Hirschman (1961) Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Paul Krugman (2002) Economia e Espacial.

Fonte: Santos (2009).

2.2 O modelo econômico de Albert Hirschman

A contribuição de Albert Hirschman surgiu, na teoria do Desenvolvimento regional com a sua obra *A Estratégia do Desenvolvimento Econômico* publicado em 1958, onde trata do tema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos (SILVA, 2005, p. 40). O modelo proposto por Hirschman foi desenvolvido durante as décadas de 60 e 70, do século XX, na sua prolongada viagem para a América Latina, período em que visitou diversos países em desenvolvimento. Hirschman contribuiu para a Administração do Desenvolvimento possibilitando que fosse realizado um diagnóstico de subdesenvolvimento na tentativa de encontrar possíveis soluções para o crescimento econômico das sociedades “atrasadas” ou desprovidas de modelos de desenvolvimento econômico-social (SILVA, 2005).

2.2.1 A origem da teoria

A teoria sobre desenvolvimento econômico de Albert Hirschman (1958) foi revolucionária, pois contestou teorias consideradas fundamentais para a definição de estratégias na tentativa de promover o desenvolvimento econômico de países.

Para Silva (2005) a própria trajetória de vida de Hirschman ajuda a explicar como surgiu parte de sua motivação para elaborar uma teoria que visasse não só proporcionar o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, mas, principalmente, identificar qual seria o maior problema enfrentado por esses países na procura pelo desenvolvimento.

Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 40), após presenciar a influência de intervenções estrangeiras nos países em crise, questionou se essas intervenções seriam benéficas, ou não, para aquelas sociedades. Assim, ao passar pela Colômbia, a serviço do Banco Mundial, admite sua descrença e inicia os estudos em busca da elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico adequada aos países subdesenvolvidos, uma vez que, para ele, a imposição de doutrinas econômicas estrangeiras não preenche as lacunas nem promove o desenvolvimento nesses países.

A partir de então, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 40) evidencia a ideia dos mecanismos de pressão como indutores do desenvolvimento econômico mediante o conceito de “encadeamentos para frente e para trás”. Contudo, e antes de mesmo de formular esse conceito, Hirschman inicia uma investigação sistemática com o objetivo de desvendar qual seria, de fato, o maior problema enfrentado pelos países subdesenvolvidos no que tange ao desenvolvimento econômico.

Para Hirschman, e, ao contrário do que afirmavam alguns teóricos, o maior problema dos países subdesenvolvidos era a escassez disfarçada dos fatores de produção, uma oferta subutilizada, e não a carência de fatores de produção como capital, trabalho etc. Essa constatação foi fundamental para que Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) pudesse investigar uma resposta que pudesse dar sustentação à teoria que mais tarde ele formularia.

Na evolução de seus trabalhos de investigação, Hirschman evidencia que as sociedades desses países possuíam uma imagem de desenvolvimento e transformação social um pouco distorcida e, de certo modo, prejudicial para o bom andamento de um grupo social. A primeira é definida por Hirschman como a “imagem grupal de transformação” e a segunda “imagem egocêntrica da transformação” (SILVA, 2005).

Para Silva (2005), na “ideia grupal de transformação social”, o desenvolvimento econômico de uma sociedade deveria compreender uma elevação do padrão de vida de todos os seus membros, mantendo-se a hierarquia social original. Em se tratando da “ideia egocêntrica da transformação” seria o contrário, os indivíduos conceberiam o progresso econômico apenas para si em detrimento da sociedade.

Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 44), contudo, considera e define a ideia certa de transformação social, isto é, aquela em que há uma “conciliação entre a atividade empreendedora individual e a capacidade de cooptação e inclusão social no processo de desenvolvimento, de modo que se percebessem os benefícios mútuos de tal cooperação para o bem de toda a sociedade”.

Além disso, ele salienta que, atreladas a essas ideias de transformação social, existem dois tipos de pensamento que contribuiriam de forma negativa para o processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos: as “expectativas exageradas” e a “preferência pela liquidez”. Segundo Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), um pensamento leva a outro, uma vez que as “expectativas exageradas”, com a ideia de que o retorno do investimento em determinada atividade deveria acontecer rapidamente, causariam o pensamento de “preferência pela liquidez”, ao passo que os investimentos deveriam ser direcionados para atividades econômicas fugazes, em detrimento dos projetos mais promissores para uma sociedade.

Diante disso, Hirschman faz um diagnóstico do subdesenvolvimento e chega a uma conclusão interessante que permitiu uma mudança significativa na forma de se analisar o desenvolvimento econômico, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Segundo ele, “há uma falta de capacidade de se tomar decisões nessas sociedades”. De acordo com Araújo Junior (1984, p. 4)

Portanto, estamos diante de uma nova espécie de desequilíbrio que pode surgir em países subdesenvolvidos: em determinado estágio do seu crescimento, a capacidade de promover novos empreendimentos pode exceder a capacidade de dirigi-los eficientemente. Aqui reside uma justificativa adicional para que se promova uma busca cuidadosa de mecanismos que induzirão à eficiência e ao crescimento das empresas novas e que ajudarão a minimizar, e através de processo de aprendizagem, erradicar as falhas que tiverem sido encontradas.

2.2.2 Evolução do pensamento de Hirschman

A constatação de Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), isto é, que o problema das sociedades subdesenvolvidas estava na falta de capacidade de tomar decisões, foi crucial para que ele pudesse tomar um rumo mais aprofundado nas suas pesquisas e, acima de tudo, melhor definisse qual seria seu questionamento e a possível resposta para tal.

Assim, o teórico em busca de mecanismos que induzissem as sociedades subdesenvolvidas a desenvolver a capacidade de tomar decisões no que tange à escolha de investimentos em projetos que, de certa maneira, fossem importantes para desencadear o desenvolvimento econômico.

Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), então, começa a rever alguns modelos de crescimento econômico, principalmente os elaborados por Harrod (1939; 1948) e Domar (1957)⁴, na tentativa de conseguir uma base ou fundamentação mais coerente com o seu objetivo: encontrar mecanismos indutivos de desenvolvimento da capacidade de tomar decisões das sociedades subdesenvolvidas.

Ao analisar os modelos, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) detecta a inaplicabilidade das ideias de economia do crescimento para as economias subdesenvolvidas, tendo em vista que elas são mais favoráveis às sociedades desenvolvidas do que às subdesenvolvidas, como se vê a seguir:

Tratando mais um pouco mais explicitamente do modelo de crescimento de Harrod e Domar, porém sem entrar em suas minúcias, Hirschman argumenta que os conceitos de coeficiente fixo entre capital e produto e igualdade entre poupança e investimento, o primeiro observado empiricamente nas economias desenvolvidas e o segundo dado como certo nessas mesmas economias, não poderiam ser aplicados no caso das economias subdesenvolvidas. De acordo com o autor, nas economias subdesenvolvidas, uma simples melhora nas condições de produção, causada pela superação de algum obstáculo, poderia ser responsável por um aumento considerável de produtividade, mudando significativamente a razão capital-produto – o que não ocorreria nas economias desenvolvidas (SILVA, 2005, p. 46).

⁴ O Modelo Harrod-Domar de crescimento econômico apresenta uma grande simplicidade e, na medida em que dá primazia à acumulação de capital e não garante qualquer equilíbrio automático e necessário da economia através dos mecanismos de mercado, parece se adequar melhor à explicação do processo de desenvolvimento econômico que outros modelos mais complexos. Entretanto, tem sofrido críticas por não deixar explícito o papel do progresso técnico e por não admitir substitutibilidade de fatores. Alguns críticos concluem que o modelo Harrod-Domar não leva ao crescimento da renda por habitante. Para os trabalhos de Hirschman foram utilizados como referência padrão os trabalhos de Harrod (1939; 1948) e Domar (1957), em particular os Ensaios 1, 3, 4 e 5 (SILVA, 2005, p. 46).

Diante disso, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) evidencia a inviabilidade dos modelos de crescimento econômico, uma vez que os países subdesenvolvidos possuem características que lhes são peculiares e, portanto, devem ser levadas em consideração no momento de se elaborar suas diretrizes de crescimento econômico. Para o autor, um mesmo fator ou variável econômica pode refletir positivamente numa sociedade e negativamente na outra. Tudo dependerá de como se comporta ou se caracteriza economicamente cada país.

Dessa forma, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) exclui a sua busca do ramo da economia do crescimento e passa a procurar algo novo, ou melhor, um modelo de teoria econômica que fosse condizente com a realidade econômica dos países subdesenvolvidos. A partir de então, o autor reforça a importância da variável investimento para o fortalecimento das economias subdesenvolvidas, pois, segundo ele, investimento pode gerar ou induzir novos investimentos.

Na concepção de Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 48), deve-se pensar em “complementaridade do investimento ou “investimento adicional”, algo novo associado à variável “investimento”, uma vez que “As teorias do crescimento consideravam o investimento como responsável pela criação de renda e geração de capacidade produtiva, mas deixavam de fora um papel essencial desempenhado por ele, o de provocador de mais investimento”.

Sendo assim, ao olharmos para o investimento adicional, estaríamos abrindo uma nova porta na busca para o caminho do incentivo a novos investimentos, em economias subdesenvolvidas. O efeito completivo, portanto, seria o responsável por pressionar novas inversões, e assim, ajudar a resolver o problema da precariedade dos investimentos nesse tipo de sociedade (SILVA, 2005, p. 48).

Posteriormente, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) também aborda e questiona a teoria do Desenvolvimento Equilibrado que, segundo ele, favorece as sociedades desenvolvidas em função do modo de se pensar “Desenvolvimento” nessa teoria e, principalmente, porque

ela admite que investimentos devem ser realizados simultaneamente para que novos empreendimentos pudessem usufruir as vantagens da instalação de novas firmas complementares.

Na visão da teoria do desenvolvimento equilibrado, “desenvolvimento” não significa transformação de uma sociedade, e sim a sobreposição de economias sobre outras “atrasadas”. Diante disso, o autor passa a questionar, mais uma vez, a imposição de doutrinas econômicas em países em crise, de modo que seria completamente inviável para uma sociedade economicamente atrasada acompanhar as mudanças bruscas que um modelo de economia industrial moderna determina de imediato.

A imposição desses modelos não permite que as sociedades subdesenvolvidas se desenvolvam autonomamente. Além disso, o autor discorda do argumento das economias externas, apresentado pela teoria do equilíbrio que evidencia o papel e a presença do Estado como agente impulsionador de investimentos internos propiciando a instalação e criação de novas indústrias para otimizar capital e sociedade. Para Hirschman (1958 apud SILVA, 2005, p. 50), “[...] a centralização do processo de industrialização é inibidora de inovações, na medida em que o surgimento de uma tecnologia nova, por exemplo, seria responsável pela destruição de pelo menos uma parte das indústrias vigentes”.

Assim, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) passa a defender as vantagens do desenvolvimento não equilibrado como mecanismo que favorece o surgimento da capacidade de tomar decisões, precisamente, de investimentos nos países subdesenvolvidos. Para ele, o desenvolvimento econômico poderia acontecer pelo desequilíbrio da oferta que permitiria e, de certa maneira, pressionaria, as decisões de investimento induzido.

No caso do desenvolvimento equilibrado, as tensões causadas pela falta de complementaridade entre as diferentes indústrias seriam encaradas como empecilhos ao desenvolvimento. A solução do desenvolvimento equilibrado pretenderia, de uma só vez, instalar um parque industrial completo de forma a superar esses empecilhos. Já a ideia do desenvolvimento não equilibrado,

seria exatamente conservar os desequilíbrios de modo a pressionar a sociedade a tomar suas decisões de investimento, movida pelos lucros anunciados nas novas atividades ou mesmo através de pressão sobre o governo, no caso de atividades em que a iniciativa provada não atuasse (SILVA, 2005, p. 51).

Desse modo e esclarecendo a relevância dos “Investimentos induzidos” para as sociedades subdesenvolvidas, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005) constrói seu critério de escolha para investimentos, devido a sua oposição ao pensamento de teóricos que priorizam investimentos em função da relação custo-benefício de cada projeto.

Conforme o autor, o critério de escolha de um investimento deve seguir uma lógica ou “sequência eficiente”, de modo que “O critério de seleção, dessa vez, seria a pressão que a implementação de um determinado projeto A imprimiria sobre a implementação do projeto B; quanto maior essa pressão, mais desejável seria a sequência de investimento. Ou seja, uma sequência de projetos seria tão mais desejável quanto mais ela proporcionasse o aparecimento de investimentos induzidos, quanto mais desequilíbrio ela promovesse” (SILVA, 2005, p. 53).

2.2.3 O conceito de “encadeamento para trás e para frente”

A formulação desse conceito baseou-se no critério de escolha de investimentos elaborado por Hirschman (sequências eficientes), porém, numa visão mais detalhada dos efeitos que um investimento pode gerar ao outro, ou melhor, na pressão que um pode causar ao outro. Na concepção de Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), haveria duas possibilidades de desenvolvimento para a estrutura produtiva: o derivado dos efeitos dos “encadeamentos para trás” e o dos “encadeamentos para frente”.

A primeira se refere à pressão exercida pela demanda de atividades econômicas não primárias por insumos, que induziria a formação de indústrias fornecedoras desses insumos. A segunda se refere à possibilidade que a implementação de atividades

que não atendessem exclusivamente à procura final ofereceria ao aparecimento de novas atividades que usassem os produtos como insumos em sua produção (SILVA, 2005, p. 55).

Na visão de Hirschman, o “encadeamento para frente” ocorreria numa dinâmica que importaria tanto a criação de empresas (indústrias) quanto à força com que elas seriam criadas para mensurar seus efeitos. O processo de “encadeamento para trás”, por sua vez, aconteceria à medida que a necessidade de insumos de uma indústria e a sua devida capacidade econômica mínima para as firmas fornecedoras fossem mantidas dentro da concorrência do mercado internacional, ou seja, essencialmente competitivas para que os efeitos do processo pudessem ser mensurados.

Em suma, o efeito de encadeamento entre duas indústrias seria maior do que seus efeitos individuais somados e “isso explicaria a aceleração de um processo de crescimento industrial em países subdesenvolvidos” ao passo que um investimento A, significativo num setor produtivo essencial (insumos), pudesse induzir e viabilizar um investimento B, com a criação de firmas que pudessem se valer dos efeitos que a implementação do projeto A pôde proporcionar.

Desse modo e ao término dos estudos, Hirschman (1958 apud SILVA, 2005), constata que, de fato, nos países subdesenvolvidos a interdependência e os efeitos dos encadeamentos eram tipicamente fracos e que, portanto, seria necessário elaborar um processo de formação de capital baseado neles. Além disso, tornou-se relevante perceber que os investimentos não seriam propriamente empreendidos e o que importava era a ideia de pressionar a tomada de decisão de investimento. Por isso é que “A proposta ótima de Hirschman seria a de implementação de indústrias que, ao mesmo tempo em que fossem produtoras de bens finais, fossem fornecedoras de insumos” (SILVA, 2005, p. 57).

3 Considerações finais

Diante do que foi exposto, verifica-se o quanto se torna relevante analisar o ramo da “Administração do Desenvolvimento” tomando por base as contribuições que teóricos da Economia trouxeram para a sua evolução, principalmente no que tange às contribuições de Hirschman em termos de questionamentos e avaliação de modelos econômicos voltados para as sociedades subdesenvolvidas.

A nova teoria, baseada no diagnóstico do subdesenvolvimento, proposta pelo autor foi importante, especialmente pelo fato de evidenciar que, possivelmente, o maior problema dos países subdesenvolvidos está na *falta de capacidade de tomar decisões* quanto aos investimentos e não, necessariamente, na falta de recursos produtivos desses territórios.

Tal constatação permite destacar a relevância da “gestão” no processo de crescimento econômico de uma nação. Por essa ótica, não basta ter os recursos, é preciso saber gerenciá-los. Assim sendo, certifica-se de que muitos países em desenvolvimento estão nesse status pela deficiência administrativa de seus gestores públicos que falham como administradores e, conseqüentemente, afetam o processo de tomada de decisão, o que implica perdas para a sociedade no que diz respeito à identificação dos recursos a serem alocados e na priorização das metas e objetivos dos planos de governo.

Diante das comprovações de Hirschman, a Administração do Desenvolvimento torna-se promissora para auxiliar e avaliar o gestor público, sua gestão e o modelo econômico a ser adotado por países em desenvolvimento. Ela propõe estudar de que modo as ações gerenciais governamentais promoverão a mudança, a evolução e o crescimento econômico, político, social e econômico.

Vale ressaltar que a administração, ou melhor, a gestão desses países, sob a ótica da Administração do Desenvolvimento, deverá ser eficiente, alocando da melhor maneira possível os recursos disponíveis. O gestor só será eficaz em seus processos, cumprirá suas metas e objetivos e tornará a prestação de serviço efetiva se compreender a realidade e expectativas da sociedade.

Portanto, verifica-se quanto se torna fundamental analisar e realçar o pensamento de Hirschman, uma vez que, para se avaliar a viabilidade ou aplicabilidade de um modelo econômico é necessário observar a realidade da economia de uma sociedade e, sobretudo, sua competência para comportar as mudanças e impactos que o modelo, juntamente com suas decisões, pode ocasionar.

A discussão em torno da Ciência Administrativa, da Administração do Desenvolvimento, seus principais representantes e respectivas obras, além do breve comentário acerca do tema “desenvolvimento”, tanto no âmbito mundial como no âmbito regional (caso do Brasil), permite uma compreensão da importância das contribuições de Hirschman para a Administração do Desenvolvimento. Seus estudos trouxeram consigo quebra de barreiras e paradigmas acerca dessa temática, principalmente, nos países “periféricos” ou “sociedades atrasadas”.

Enfim, o desenvolvimento constitui um desafio a ser seguido e superado. E esse problema se torna maior quando se trata de países em desenvolvimento, por se tratarem de sociedades instáveis e dependentes economicamente, situação a ser vencida pelos futuros gestores públicos.

Referências

ARAUJO JÚNIOR, José Tavares de. *Eficiência e acumulação de capital: notas sobre a hipótese de Hirschman*. (Texto para Discussão). UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CALDAS, Miguel. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n.1, p. 53-57, jan./mar. 2005.

CARAVANTES, Geraldo R. *Teoria geral da administração*. Pensando e fazendo. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 1998.

DRUCKER, Peter F. *Introdução à administração*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, Stephen P. *O processo administrativo: integrando teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1981.

SILVA, Danilo Freitas Ramalho da. *A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico*. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2005.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

SANTOS, Elinaldo Leal. *Administração do desenvolvimento*. Vitória da Conquista, BA, 2009. (Notas de Aula).

Recebido em: agosto de 2010

Aprovado para publicação em: fevereiro 2011